

1.1 Informações gerais

1.1 (a) Sobre o Grupo

A Dextos Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias, diretas e indiretas, em investidas são atualmente as seguintes:

- **GPC Química S.A.** (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG.
- **Apolo Tubos e Equipamentos S.A.** (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Detém 100% do capital da Apolo Tubulars.
- **Apolo Tubulars S.A.** (“Apolo Tubulars”) - sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Lorena, estado de SP, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o segmento de petróleo e gás.
- **Apolo Tubulars International** é uma entidade sediada em Houston, Estados Unidos da América, que tem como objetivo a representação comercial dos produtos e serviços da Companhia no mercado norte-americano
- **Metanor S.A.** - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias. Atualmente, a Metanor atua apenas como empresa holding.
- **Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste** – (“Copenor”) sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na comercialização de metanol e seus derivados, e na produção de formaldeído e hexametilenotetramina.

A Controladora apresentou em 30 de setembro de 2022 capital circulante líquido negativo. Sua controlada, GPC Química, irá prestar suporte financeiro com o objetivo de manter a capacidade operacional pelo menos nos próximos doze meses, de modo a permitir que a Controladora possa cumprir com as suas obrigações a vencer de curto prazo, bem como exercer as suas atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

2.1 Resultado do período

2.1 (a)

Receita operacional líquida

A receita com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A transferência do controle do produto para o cliente geralmente ocorre na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente.

No acumulado	Consolidado					
	Segmento Químico	Segmento Aço	Total em 30/09/2022	Segmento Químico	Segmento Aço	Total em 30/09/2021
Vendas brutas						
Reconhecida na entrega do produto	1.280.150	735.037	2.015.187	939.403	619.025	1.558.428
Impostos incidentes sobre as vendas						
ICMS	(119.662)	(47.604)	(167.266)	(88.081)	(65.235)	(153.316)
PIS/ COFINS	(90.144)	(43.477)	(133.621)	(64.131)	(44.673)	(108.804)
IPI	(39.033)	(11.674)	(50.707)	(36.933)	(20.398)	(57.331)
Devoluções e cancelamentos	(13.246)	(29.981)	(43.227)	(4.776)	(17.780)	(22.556)
Receita operacional líquida	1.018.065	602.301	1.620.366	745.482	470.939	1.216.421

No trimestre	Consolidado					
	Segmento Químico	Segmento Aço	Total no 3TRI 2022	Segmento Químico	Segmento Aço	Total no 3TRI 2021
Receita operacional bruta						
Reconhecida na entrega do produto	357.499	203.570	561.069	355.049	225.475	580.524
Impostos incidentes sobre as vendas						
ICMS	(33.723)	(12.757)	(46.480)	(32.713)	(23.807)	(56.520)
PIS/ COFINS	(25.237)	(13.541)	(38.778)	(23.912)	(16.566)	(40.478)
IPI	(8.791)	(2.600)	(11.391)	(13.685)	(7.244)	(20.929)
Devoluções e cancelamentos	(2.870)	(11.431)	(14.301)	(2.266)	(6.769)	(9.035)
Receita líquida de vendas e serviços	286.878	163.241	450.119	282.473	171.089	453.562

2.1 (b) Custos e despesas por natureza

<u>No Acumulado</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Matérias-primas e embalagens			(1.206.216)	(838.407)
Salários, Encargos e Gratificações	(807)	(247)	(69.613)	(61.138)
Honorários dos Administradores	(2.314)	(1.490)	(12.968)	(12.761)
Energia elétrica			(15.952)	(12.477)
Outros custos Fixos/Variáveis (*)			(41.641)	(38.213)
Outras Despesas (**)	(2.339)	(2.443)	(32.991)	(22.065)
Depreciação e amortização	(14)	(21)	(19.315)	(18.817)
Fretes			(62.030)	(42.391)
Comissões/ royalties			(10.040)	(11.515)
Outras receitas (despesas), líquidas - 2.1(d)	(1.206)	(582)	62.193	87.705
	(6.680)	(4.783)	(1.408.573)	(970.079)
Custo das mercadorias vendidas			(1.331.480)	(943.756)
Despesas com vendas			(86.809)	(65.184)
Despesas administrativas	(5.474)	(4.201)	(52.477)	(48.844)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.206)	(582)	62.193	87.705
	(6.680)	(4.783)	(1.408.573)	(970.079)
<u>No Trimestre</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>3ºTRI 2022</u>	<u>3ºTRI 2021</u>	<u>3ºTRI 2022</u>	<u>3ºTRI 2021</u>
Matérias-primas e embalagens			(337.073)	(309.216)
Salários, Encargos e Gratificações	(90)	(73)	(22.036)	(23.242)
Honorários dos Administradores	(771)	(493)	(5.877)	(2.811)
Energia elétrica			(3.302)	(4.999)
Outros custos Fixos/Variáveis (*)			(13.963)	(13.422)
Outras Despesas gerais e de vendas (**)	(1.236)	(717)	(12.662)	(5.671)
Depreciação e amortização		(7)	(6.402)	(6.207)
Fretes			(19.010)	(16.399)
Comissões/ royalties			(3.040)	(4.206)
Outras receitas (despesas), líquidas	(408)	(194)	20.353	24.148
	(2.505)	(1.484)	(403.012)	(362.025)
Custo das mercadorias vendidas			(378.998)	(348.488)
Despesas com vendas			(26.786)	(24.726)
Despesas administrativas	(2.097)	(1.290)	(17.581)	(12.959)
Outras receitas (despesas), líquidas	(408)	(194)	20.353	24.148
	(2.505)	(1.484)	(403.012)	(362.025)

(*) Nesta linha estão inseridos todos outros custos fixos e variáveis não relacionados nas linhas anteriores.

(**) Nesta linha estão inseridas outras despesas tais como honorários advocatícios e consultorias.

2.1 (c) Resultado financeiro

No Acumulado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	185		11.308	830
Juros em transações com partes relacionadas			436	567
Variações monetárias ativas	173	145	1.384	1.172
Variações cambiais ativas			31.911	12.785
Atualização de depósito judicial				822
Atualização Créditos de Pis e Cofins s/ICMS - 2.3(b)			774	32.532
Outros	1		5.047	3.121
Total da receita financeira	359	145	50.860	51.829
Despesa financeira				
Juros e atualizações sobre financiamentos com terceiros	(1.940)	(2.387)	(48.412)	(18.138)
Juros sobre empréstimos com parte relacionada	(2.908)	(1.006)	(313)	(415)
Juros - passivo de arrendamento			(485)	(326)
Juros - Fornecedores Recup. Judicial			(1.433)	(1.794)
Juros - Ajuste a valor presente de passivos	(483)	(322)	(1.827)	(1.142)
Variações monetárias passivas	(8)	(89)	(7.313)	(5.503)
Variações cambiais passivas		(45)	(32.203)	(15.095)
Outros	(462)	(362)	(6.114)	(5.912)
Total da despesa financeira	(5.801)	(4.211)	(98.100)	(48.325)
Receitas (despesas) financeiras	(5.442)	(4.066)	(47.240)	3.504

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	3TRI 2022	3TRI 2021	3TRI 2022	3TRI 2021
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	42		4.118	506
Juros em transações com partes relacionadas				192
Variações monetárias ativas	50	113	279	944
Variações cambiais ativas			3.449	4.776
Atualização de depósito judicial				822
Atualização Créditos de Pis e Cofins s/icms - 2.3(e)			287	5.109
Outros			857	1.060
Total da receita financeira	92	113	8.990	13.409
Despesa financeira				
Juros e atualizações sobre financiamentos com terceiros	74	(839)	(12.236)	(7.737)
Juros sobre empréstimos com parte relacionada	(871)	(353)	7	(141)
Juros - passivo de arrendamento			(152)	(59)
Juros - Fornecedores Recup. Judicial			47	(517)
Juros - Ajuste a valor presente de passivos	(161)	(160)	(609)	(650)
Variações monetárias passivas	(8)	(87)	(2.155)	(2.630)
Variações cambiais passivas			(4.853)	(7.919)
Outros	(156)	(174)	(1.368)	(2.132)
Total da despesa financeira	(1.122)	(1.613)	(21.319)	(21.785)
Receitas (despesas) financeiras	(1.030)	(1.500)	(12.329)	(8.376)

2.1 (d) Outras receitas (despesas), líquidas

No Acumulado

	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Incentivo Fiscal	71.805	60.147
Provisão para perdas esperadas contas a receber	(412)	(877)
Reversão de Contingências	779	179
Pis e Cofins s/ICMS	-	35.765
Ajuste propriedade para Investimentos	-	869
Despesas p/manutenção propriedade para investimentos	(794)	(1.859)
ICMS - Fundo Orçamentário Temporário	(3.743)	(4.214)
Pis e Cofins s/outras receitas	(5.485)	(4.150)
Recebimento de aluguéis	740	1.184
Outras despesas/receitas	(697)	661
	62.193	87.705

No trimestre

	Consolidado	
	3TRI 2022	3TRI 2021
Incentivo Fiscal	21.653	21.705
Reversão de provisão para perdas esperadas contas a receber	152	138
Reversão de Contingências	-	179
Pis e Cofins s/ICMS	-	3.160
Despesas p/manutenção propriedade para investimentos	(67)	(1.045)
ICMS - Fundo Orçamentário Temporário	(1.347)	(1.467)
Pis e Cofins s/outras receitas	(1.069)	(1.586)
Recebimento de aluguéis	210	402
Outras receitas	821	2.662
	20.353	24.148

Incentivo Fiscal

Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS do Estado do Paraná. Na Controlada Apolo Tubos o incentivo decorre de Regime Especial de Apuração através de decreto do Estado do Rio de Janeiro. Estes benefícios são contabilizados no resultado ao longo do período e no final do exercício são destinados à conta de Reserva de Incentivos fiscais dentro do Patrimônio Líquido.

Pis e Cofins sobre ICMS

Créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para as Controladas GPC Química, Apolo Tubos e Apolo Tubulars conforme mencionado na nota 2.3(b).

2.1 (e) Despesa com imposto de renda e contribuição social

No Acumulado	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro antes do imposto	116.466	174.846	172.897	255.981
Imposto calculado com base em alíquota legal	(39.598)	(59.448)	(58.785)	(87.034)
Efeito da equivalência patrimonial	43.720	62.456	2.837	2.086
Juros sobre capital próprio	(2.569)			
Diferenças permanentes	(672)	(543)	17.152	21.869
Compensação prejuízo fiscal			4.523	1.559
Outros valores (i)			886	11.057
Diferenças temporárias e compensação de prejuízos para os quais nenhum IR/CS diferido estava reconhecido	(717)	(2.355)	(1.078)	2.451
Despesa com Imposto de renda e Contribuição social	164	110	(34.465)	(48.012)
Aliquota Efetiva %			20%	19%
Despesa com IR e CS corrente			(51.939)	(45.361)
Despesa (receita) com IR e CS diferido	(164)	(110)	17.474	(2.651)
	(164)	(110)	(34.465)	(48.012)

(i) Tendo em vista a decisão de 24 de setembro de 2021 do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da Selic nos processos de repetição de indébito, a Companhia registrou crédito no valor de R\$ 11.057, já compensado com outros tributos..

No Trimestre	Controladora		Consolidado	
	3TRI 2022	3TRI 2021	3TRI 2022	3TRI 2021
Lucro antes do imposto	28.490	68.027	36.640	83.850
Imposto calculado com base em alíquota legal	(9.686)	(23.129)	(12.458)	(28.509)
Efeito da equivalência patrimonial	10.889	24.143	632	234
Juros sobre capital próprio	(2.569)			
Diferenças permanentes	(652)	(541)	7.269	11.885
Compensação prejuízo fiscal			3.476	1.559
Outros valores (i)			886	11.057
Diferenças temporárias e compensação de prejuízos para os quais nenhum IR/CS diferido estava reconhecido	2.072	(417)	(1.673)	210
Despesa com Imposto de renda e Contribuição social	54	56	(1.868)	(3.564)
Aliquota Efetiva %			6%	6%
Despesa com IR e CS corrente			(2.373)	(5.296)
Despesa (receita) com IR e CS diferido	(54)	(56)	505	1.732
	(54)	(56)	(1.868)	(3.564)

Saldo de prejuízo fiscal não reconhecido

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. A Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 7.722 (2021 – 13.177) com relação a prejuízos que podem ser compensados com lucro tributável futuro da controlada Apolo Tubos.

Os tributos diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão demonstrados na Nota 2.3 (d)).

2.2 Ativos e passivos financeiros

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2.2(a)	13.228	2.854	163.807	97.947
Contas a receber	2.2(b)			244.278	252.642
Dividendos a receber - partes relacionadas	5.1		27.375		3.893
		13.228	30.229	408.085	354.482

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Fornecedores	2.2(d)	135	155	70.426	109.553
Empréstimos - terceiros	2.2(e)	19.382	17.959	306.148	335.509
Obrigações tributárias - parcelamento	2.2(f)	1.172	1.177	118.508	135.616
Salários e encargos sociais a pagar	2.2(g)			13.897	8.950
Outras contas a pagar		5.520	5.219	35.338	36.771
Passivos de arrendamento	2.3(j)			11.714	13.686
Dividendos a pagar		13.865	37.792	14.245	42.809
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	5.1	22.167	32.685	3.793	3.514
		62.242	94.987	574.069	686.408

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos a perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A exposição da Companhia e controladas aos riscos associados aos instrumentos financeiros é discutida na Nota 3.1(a)).

2.2.(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Recursos em caixa e depósitos bancários	193	2.854	6.528	25.204
Aplicações financeiras equivalentes a caixa	13.035	-	157.279	72.743
Caixa e equivalentes de caixa	13.228	2.854	163.807	97.947

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a uma remuneração de 100% do CDI.

2.2.(b) Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes		
Mercado interno	229.978	219.531
Mercado externo	20.617	39.127
Provisão para perdas esperadas no contas a receber (Nota 3.1(d))	(6.317)	(6.016)
Contas a receber de clientes, líquidas	244.278	252.642

Classificação como contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes representam montantes devidos pelos clientes da Companhia por produtos vendidos no curso normal das operações, com prazo de vencimento entre 30 e 90 dias, sendo, portanto, classificados no ativo circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelos valores incondicionais a receber, exceto quando há um componente de financiamento embutido. A Companhia mantém suas contas a receber com o objetivo de coletar fluxos de caixa e as reconhece pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Valor justo de contas a receber de clientes

Considerando sua natureza de curto prazo, o valor ao custo amortizado é considerado similar ao seu valor justo.

Impairment e exposição a riscos

Informações sobre a provisão para perdas esperadas das contas a receber e a exposição a riscos de moeda/ variação cambial e crédito estão descritas, respectivamente, nas Notas 3.1(a) e 3.1 (c).

2.2.(c) Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Créditos em processos administrativos/ judiciais				
Créditos - Guaxupé			27.595	27.446
(-) Provisão Créditos - Guaxupé			(27.595)	(27.446)
Créditos em precatório - União Federal			4.078	5.431
Créditos de ações judiciais			967	2.766
Outras contas a receber				
Despesas antecipadas	378	59	2.124	2.233
Adto de Fornecedores			26.289	91.033
A receber terreno Benfica			2.500	
Outros	3.177	3.175	13.836	9.863
	<u>3.555</u>	<u>3.234</u>	<u>49.794</u>	<u>111.326</u>
Parcela classificada no Circulante	384	63	38.961	98.168
Parcela classificada no Não circulante	3.171	3.171	10.833	13.158
	<u>3.555</u>	<u>3.234</u>	<u>49.794</u>	<u>111.326</u>

.

Créditos em precatório – União Federal

Refere-se ao saldo de um precatório federal oriundo de uma dação em pagamento. O valor contabilizado está disponível em uma conta em juízo.

Outros créditos em ações judiciais

Crédito em ações judiciais oriundo da permuta do saldo do mútuo da GPC Química com a Apolo Tubos.

2.2.(d) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores Concursais				
No mercado nacional			10.532	9.761
Fornecedores Extraconcursais				
No mercado nacional	135	155	41.002	67.168
No mercado externo			18.892	32.624
	<u>135</u>	<u>155</u>	<u>70.426</u>	<u>109.553</u>
Passivo circulante	135	155	60.616	100.514
Passivo não circulante			9.810	9.039
	<u>135</u>	<u>155</u>	<u>70.426</u>	<u>109.553</u>

As contas a pagar a fornecedores não têm garantias e são geralmente pagas entre 1 e 60 dias. Os créditos dos fornecedores habilitados na recuperação judicial, chamados de Concurtais, tornaram-se títulos executivos e estão sendo pagos conforme o plano aprovado.

2.2.(e) Empréstimos - terceiros

Saldos e transações

O saldo de empréstimos é composto pelas seguintes transações:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Em moeda nacional - (Concurtais)	19.382	17.959	33.732	34.044
Em moeda nacional - (Extraconcurtais)	-	-	248.026	198.058
Em moeda nacional - Antecipação de Recebíveis	-	-	-	53.067
Em moeda estrangeira	-	-	24.390	50.340
	<u>19.382</u>	<u>17.959</u>	<u>306.148</u>	<u>335.509</u>
Circulante	<u>1.333</u>	<u>1.333</u>	<u>107.755</u>	<u>186.807</u>
Não Circulante	<u>18.049</u>	<u>16.626</u>	<u>198.393</u>	<u>148.702</u>

Empréstimos em moeda nacional – Concurtais

Foram dadas em garantia em determinados empréstimos Concurtais, Cessão Fiduciária de recebíveis e hipoteca de 2ª grau do terreno de Araucária, as taxas de juros variam conforme opção selecionada no plano: INPC, TR+1% a.a. e TR + 1,5% a.a.

Empréstimos em moeda nacional – Extraconcurtais

As garantias para determinados empréstimos são Cessão de recebíveis e aval da Controladora, os juros variam entre CDI + 3,83% a.a. até CDI + 8,34% a.a. e taxa pré de 11,89% a.a.

Em determinados empréstimos em moeda nacional são exigidos *covenants* financeiros, que foram cumpridos durante o período.

As Controladas Apolo Tubulars e Apolo Tubos obtiveram linha de crédito junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de R\$ 96.000. Os recursos foram liberados em 15 de março de 2022.

Empréstimos em moeda estrangeira

São contratos de ACC registrados na Apolo Tubulars que são corrigidos pela variação cambial + juros que variam até 0,45% a.m.

Movimentação dos saldos nos períodos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	17.959	16.020	335.509	105.083
Juros incorridos	1.939	3.491	34.362	35.409
Juros - ajuste a valor presente de passivos	483	483	1.435	1.474
Variação cambial		(45)	(3.033)	2.557
Amortização - principal	(792)	(1.824)	(216.290)	(336.845)
Amortização - juros	(207)	(166)	(23.921)	(22.610)
Captações			178.086	550.441
Saldo no final do período	19.382	17.959	306.148	335.509

2.2.(f) Obrigações tributárias – parcelamentos

Saldo no final do período

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Tributos parcelados					
REFIS IV (Selic)	(i)			27.907	29.878
ICMS - Parcelamento ordinário estadual (Ufir + Selic)	(ii)			15.063	22.336
ICMS - Paraná competitivo (Fca - PR)	(iii)			21.664	23.286
REFIS da Copa (Selic)	(iv)			21.451	22.623
REFIS - PERT (Selic)	(v)	51	56	18.159	18.575
REFIS (Selic)	(vi)			8.799	12.070
Outros (Selic)		1.121	1.121	5.465	6.848
Total - tributos parcelados		1.172	1.177	118.508	135.616
Passivo circulante		14	14	40.737	42.161
Passivo não circulante		1.158	1.163	77.771	93.455
		1.172	1.177	118.508	135.616

(i) REFIS IV- Reabertura

Adesão em 2014 ao programa de Parcelamento REFIS IV, feito pela Companhia e suas Controladas, GPC Química e Apolo Tubos com vencimento em Nov/2028.

(ii) ICMS – Parcelamento ordinário estadual

Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro e Paraná das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamentos, cujos saldos em 30 de setembro de 2022 montam R\$ 15.063 (GPC Química R\$ 14.653 e Apolo Tubos R\$ 410, respectivamente).

(iii) ICMS – Paraná competitivo

A controlada GPC Química ampliou sua capacidade de produção no estado do Paraná e com isto está enquadrada no Programa Paraná Competitivo postergando para quatro anos o pagamento de 90% do ICMS incremental apurado a cada mês.

(iv) REFIS da Copa

Em agosto de 2014, a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento está sendo pago em 180 parcelas com vencimento em 07/2029.

(v) REFIS – PERT

As controladas GPC Química e Apolo aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela MP 783/17. Os débitos oriundos da Receita Federal do Brasil (RFB), foram pagos da seguinte forma: 20% à vista e o saldo será quitado com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os débitos oriundos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foram pagos da seguinte forma: 20% à vista e o restante parcelado em 145 parcelas mensais a partir de janeiro de 2018, com vencimento em 01/2030.

(vi) REFIS

As modalidades incluídas no Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas de parcelamentos anteriores tais como, Paes, Paex, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Movimentações nos períodos

	Movimentação dos tributos parcelados			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.177	1.191	135.616	161.862
Valores debitados (creditados) no resultado do período				
Atualização monetária	2	3	7.099	6.117
Pagamentos efetuados	(3)	(14)	(25.753)	(33.904)
Outras movimentações	(4)	(3)	1.546	1.541
Saldo final	1.172	1.177	118.508	135.616

2.2 (g) Plano de Incentivo de Longo Prazo

Em 04/01/2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, ratificado pelo AGO/E realizada em 28/04/2021 plano de incentivo de longo prazo com ações virtuais ("Plano ILP"), destinados a executivos da Companhia e suas Controladas conforme divulgado pela Companhia nos termos da legislação vigente.

Foram outorgadas o total de 1.081.155 ações virtuais (*ex-split*), a serem liquidadas em caixa nos seguintes períodos de vencimento, (a) 10% em fevereiro de 2022, (b) 15% em fevereiro de 2023, (c) 20% em fevereiro de 2024, (d) 25% em fevereiro de 2025, (c) 30% em fevereiro de 2026.

O pagamento da parcela referente ao vencimento de 2022 foi iniciado em abril/22.

O passivo é reconhecido em cada período pelo montante a ser pago ao final do prazo de carência e o valor é calculado utilizando modelo de precificação de opções, *Black-Scholes*.

Em 30/09/2022, o passivo reconhecido é R\$ 2.645.

2.3 Ativos e passivos não financeiros

2.3.(a) Estoques

Informações financeiras

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Produtos acabados	81.311	91.999
Matérias-primas e embalagens	90.457	85.145
Almoxarifado de manutenção e reposição	24.905	18.319
Produtos em elaboração	31.106	32.468
Estoque próprio em poder de terceiros	40.843	15.940
Catalisadores	2.280	2.996
Importações em andamento	7.047	13.004
Materias para revenda	303	-
(-) Provisão para perdas por obsolescência	(6.530)	(5.275)
	271.722	254.596

Os produtos acabados são compostos por tubos de aço - R\$ 77.699 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 79.997) e resinas - R\$ 3.612 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 12.202). As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos.

Estoque próprio em poder de terceiros refere-se a matéria prima.

As importações em andamento referem-se a a Melamina da Controlada GPC Química no montante de R\$ 7.047 em 30 de setembro de 2022 (2021 - R\$ 13.004).

Política contábil

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou obsolescência.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

A política para provisão de perdas com obsolescência segue os seguintes critérios:

- Para itens com pedido e sem venda há menos de 1 ano, utiliza-se o preço do pedido de venda como base para o cálculo da perda de realização;
- Para itens sem pedido e sem venda há mais de 1 ano, é utilizado a recuperação de 50% do preço mínimo do aço para diminuir o valor da perda de obsolescência e
- Para itens sem pedido e sem venda há menos de 1 ano é utilizado o preço mínimo da tabela de vendas.

2.3.(b) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PIS/ COFINS (*)			59.749	60.356
IRPJ e CSLL			25.894	33.889
IRRF	2.723	2.658	4.386	4.880
ICMS (**)			52.548	18.776
IPI			12.489	8.253
Outros	33	33	7.601	6.866
	2.756	2.691	162.667	133.020
Circulante	2.723	1.799	120.312	83.945
Não Circulante	33	892	42.355	49.075

Os tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

(*) Em maio de 2021 o STF confirmou que o ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não somente o ICMS pago. A Companhia apurou os valores que se referem, principalmente, aos 5 anos anteriores à petição inicial do processo que trata a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, abrangendo créditos correspondentes ao período de 2002 a 2018, a depender da investida. Em 2021 foram reconhecidos créditos no montante de R\$ 68.599, sendo R\$ 35.750 de principal e R\$ 32.849 de atualização monetária. Parte desses créditos já foram compensados com débitos tributários federais.

(**) Aumento de vendas para o mercado de energia com isenção de ICMS e exportações. O saldo será substancialmente compensado com operações tributadas e pagamento de fornecedores.

2.3.(c) Obrigações tributárias - correntes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Tributos correntes				
IPI			4.898	8.833
IRRF	64	131	1.270	2.002
ICMS			2.109	1.373
INSS	4	21	2.156	2.033
IRPJ/ CSLL				6
PIS/ COFINS	699		1.650	1.143
Outros			889	1.041
	767	152	12.972	16.431

2.3.(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido				
Ativo fiscal diferido				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social			2.695	2.035
Variações cambiais			8.098	5.989
Provisão para perdas esperadas do contas a receber			2.359	1.957
Provisão para contingências	827	827	8.422	8.755
Provisão para perda de ativo - Guaxupé			9.400	9.332
Outras diferenças temporárias			6.544	2.383
	<u>827</u>	<u>827</u>	<u>37.518</u>	<u>30.451</u>
Passivo fiscal diferido				
Custo atribuído ao ativo imobilizado			(20.067)	(25.430)
Valor justo de Propriedade para investimento			(4.296)	(17.707)
Variações cambiais			(12.305)	(5.538)
Mais valia na aquisição Apolo Tubulars			(7.081)	(8.718)
Ajuste a valor presente Passivos	(5.350)	(5.514)	(11.649)	(12.258)
Outras diferenças temporárias			(5.367)	(5.111)
	<u>(5.350)</u>	<u>(5.514)</u>	<u>(60.765)</u>	<u>(74.762)</u>
Total, líquido	<u>(4.523)</u>	<u>(4.687)</u>	<u>(23.247)</u>	<u>(44.311)</u>

O valor justo de Propriedade para investimentos inclui também Bens destinados a venda.

Os ativos e passivos de impostos diferidos são reconhecidos na proporção da probabilidade de realização conforme apuração do imposto.

	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2022</u>
2022	1.730
2023	3.648
2024 em diante	17.870
	<u>23.247</u>

A reconciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada na Nota 2.1 (e).

2.3.(e) Depósitos judiciais e provisão para contingências

Os saldos de depósitos judiciais e de provisão para contingências estão descritos a seguir:

	Depósitos judiciais				Provisão para contingências			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Tributários	5.593	5.577	15.268	14.719	5.416	5.400	14.855	14.309
Trabalhistas/ Previdenciários	113	113	727	521			2.488	2.488
Cíveis			104	104			1.064	1.844
Outros	16	16	944	951				
	5.722	5.706	17.043	16.295	5.416	5.400	18.407	18.641

A movimentação da provisão para contingências está apresentada a seguir:

	Movimentação da provisão para contingências			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.400	6.894	18.641	28.030
Valores debitados (creditados) no resultado do período				
Provisões adicionais reconhecidas	16	852	545	5.516
Atualização		86		822
Reversões		(2.432)	(779)	(15.549)
Valores utilizados no período				(178)
Saldo final	5.416	5.400	18.407	18.641

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, realiza a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso. As causas com perda possível, em que não há provisão/ passivo reconhecido, estão descritas na Nota 4.1.

As principais causas com perda provável e correspondente passivo reconhecido estão descritas a seguir.

Causas Tributárias

(i) ICMS na base de PIS e COFINS

As controladas GPC Química, Apolo Tubos e Apolo Tubulars questionavam através de processo judicial, já com trânsito em julgado, o ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em maio de 2020, o Tribunal Regional da 1ª Região autorizou o levantamento, em favor da GPC Química S.A. e da Apolo Tubos e Equipamentos S. A., dos valores recolhidos a título de

depósitos judiciais nos autos da ação 00040617420074013400, exclusivamente em razão da indevida incidência do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a decisão judicial que determinou o levantamento dos depósitos judiciais em maio de 2020 por parte do Tribunal Regional da 1ª Região, ao reconhecer o direito ao crédito pelo ICMS faturado, representou um marco relevante em favor da Companhia, sendo efetuada a reversão da provisão de R\$ 65.006.

Não existem mais provisões para o processo, o ativo foi reconhecido conforme divulgado na nota 2.3 (b).

(ii) PIS e COFINS sobre Juros sobre capital próprio

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada GPC Química nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 30 de setembro de 2022 da obrigação legal de R\$ 5.208, como provisão para esta contingência.

Causas Trabalhistas/ Previdenciárias

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por ex-empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações é individualmente relevante.

2.3.(f) Investimento

Investida direta	Controle	Atividade	Participação (%)		Saldo do investimento			
					Controladora		Consolidado	
			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
GPC Química	Controlada	Resina e formol	90,72	90,72	407.963	339.748		
Apolo Tubos	Controlada	Tubos de aço	48,74	48,74	166.284	137.141		
Metanor	Coligada	Metanol	28,60	28,60	29.031	24.197	46.185	38.494
Copenor	Coligada	Metanol	0,01	0,01	10	9	274	227
Dividendos/Outros								
					603.288	501.095	46.459	38.721

A Controlada GPC Química possui 30,92% da Apolo Tubos, a participação consolidada da Dexas na Apolo Tubos é 79,66%.

Mutações nos investimentos durante o período - Controladora

	Controladora 30/09/2022				
	GPC Química	Apolo Tubos	Metanor	Copenor	Total
Saldo inicial	339.748	137.141	24.197	9	501.095
Equivalência patrimonial	94.225	29.143	5.218	2	128.588
Dividendos/Jscp	(26.010)		(384)	(1)	(26.395)
	<u>407.963</u>	<u>166.284</u>	<u>29.031</u>	<u>10</u>	<u>603.288</u>
	-	-	-	-	-

	Controladora 30/09/2021				
	GPC Química	Apolo Tubos	Metanor	Copenor	Total
Saldo inicial	225.208	89.070	17.213	8	331.499
Equivalência patrimonial	133.498	46.379	3.817	1	183.695
Dividendos/Jscp			(433)	(2)	(435)
	<u>358.706</u>	<u>135.449</u>	<u>20.597</u>	<u>7</u>	<u>514.759</u>

Dividendos a receber

A Companhia reconhece o direito ao excedente dos dividendos mínimos obrigatórios quando da aprovação em Assembleia Geral.

2.3.(g) Mutações nos investimentos durante o período - Consolidado

Consolidado 30/09/2022			
	Metanor	Copenor	Total
Saldo inicial	38.494	227	38.721
Equivalência patrimonial	8.297	47	8.344
Dividendos	(605)	(1)	(606)
	46.186	273	46.459

Consolidado 30/09/2021			
	Metanor	Copenor	Total
Saldo inicial	28.098	210	28.308
Equivalência patrimonial	6.097	38	6.135
Dividendos	(1.429)	(55)	(1.484)
	32.766	193	32.959

Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 30 de setembro de 2022 e 2021:

	GPC Química		Apolo Tubos		Metanor		Copenor	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Total de ativos	781.022	812.762	469.785	431.547	104.372	94.795	150.397	165.002
Total de passivos	331.318	438.252	128.649	150.198	2.866	10.193	45.037	77.549
Patrimônio líquido	449.704	374.510	341.136	281.349	101.506	84.602	105.360	87.453

	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Total de Receitas	1.280.150	939.403	442.652	411.623			332.120	237.492
Lucro líquido do exercício	103.866	147.157	59.787	95.149	18.891	12.541	19.417	13.746
Percentual de participação	90,72%	90,72%	48,74%	48,74%	28,60%	28,44%	0,01%	0,01%

2.3 (h) Propriedades para Investimento e Bens destinados à venda

Saldo composto por terrenos de propriedade da Controlada GPC Química localizados em Benfca, Rio de Janeiro – RJ. As propriedades para investimento estão mensuradas pelo valor justo, com base em laudo de empresa especializada.

A Controlada GPC Química celebrou, em 31 de janeiro de 2022, acordo comercial para alienar determinados terrenos de sua propriedade, não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfca, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ no valor total da operação foi de R\$ 60.000, sendo recebido R\$ 25.000 na assinatura do documento, R\$ 25.000 em maio de 2022, R\$ 7.500 em setembro de 2022 e R\$ 2.500 em 2023.

Período findo em 30 de setembro de 2021					
	Saldo inicial em 01/01/2021	Ajuste a valor justo	Baixas	Trf p/Bens Dest Venda	Saldo final em 30/09/2021
Terreno Benfica					
Área 1 (132.363m) *	78.085	542			78.627
Área 2 (60.189m) *	34.763	230			34.993
Área 3 (19.593m)	14.630	97			14.727
	127.478	869			128.347
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021					
	Saldo inicial em 01/10/2021	Ajuste a valor justo	Baixas	Trf p/Bens Dest Venda	Saldo final em 31/12/2021
Terreno Benfica					
Área 1 (132.363m) *	78.627	(37.107)		(41.520)	-
Área 2 (60.189m) *	34.993	(16.513)		(18.480)	-
Área 3 (19.593m)	14.727				14.727
	128.347	(53.620)		(60.000)	14.727
Período findo em 30 de setemnro de 2022					
	Saldo inicial em 01/01/2022	Ajuste a valor justo	Baixas	Trf p/Bens Dest Venda	Saldo final em 30/09/2022
Terreno Benfica					
Área 3 (19.593m)	14.727				14.727
	14.727				14.727

2.3.(i) Imobilizado

	Consolidado								
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros ativos	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2021									
Custo, reavaliado	6.098	66.867	301.149	3.416	1.768	6.327	735	25.053	411.413
Depreciação		(13.450)	(115.866)	(2.828)	(1.351)	(5.514)	(204)		(139.213)
Valor líquido	6.098	53.417	185.283	588	417	813	531	25.053	272.200
Em 30 de setembro de 2021									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	6.098	53.417	185.283	588	417	813	531	25.053	272.200
Aquisições	-	89	6.513	165	-	378	320	27.647	35.112
Baixas, líquidas	-	-	(1.864)	-	-	(7)	(49)	(904)	(2.824)
Transferências	-	-	16.080	-	-	-	-	(16.080)	
Depreciação	-	(2.015)	(13.604)	(128)	(71)	(364)	(25)	-	(16.207)
Outras movimentações	-	-	(243)	(3)	(14)	3	-	-	(257)
Saldo final em 30 de setembro de 2021	6.098	51.491	192.165	622	332	823	777	35.716	288.024
Em 31 de dezembro de 2021									
Saldo inicial em 1º de outubro de 2021	6.098	51.491	192.165	622	332	823	777	35.716	288.024
Aquisições	-	6	1.684	106	-	159	24	14.422	16.401
Baixas, líquidas	-	-	(26)	-	-	1	(4)	(692)	(721)
Transferências	-	-	21	-	-	-	-	(21)	-
Depreciação	-	(669)	(4.870)	(54)	(23)	(122)	(12)	-	(5.750)
Outras movimentações	-	-	625	8	(37)	3	-	28	627
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	6.098	50.828	189.599	682	272	864	785	49.453	298.581
Em 30 de setembro de 2022									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	6.098	50.828	189.599	682	272	864	785	49.453	298.581
Aquisições	-	59	4.753	170	-	457	188	27.061	32.688
Baixas, líquidas	-	-	(67)	-	(7)	(6)	(22)	(189)	(291)
Transferências	-	3.192	18.440	-	-	1	-	(21.633)	
Depreciação	-	(1.942)	(15.013)	(122)	(59)	(366)	(37)	-	(17.539)
Outras movimentações	-	-	(243)	-	-	-	-	-	(243)
Saldo final em 30 de setembro de 2022	6.098	52.137	197.469	730	206	950	914	54.692	313.196
Custo, reavaliado	6.098	80.807	392.458	3.274	1.636	6.585	1.201	54.692	546.751
Depreciação		(28.670)	(194.989)	(2.544)	(1.430)	(5.635)	(287)		(233.555)
Valor líquido	6.098	52.137	197.469	730	206	950	914	54.692	313.196

A Companhia e suas controladas realizam análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente. Não foram identificados indicadores durante o período.

Os terrenos de Araucária, Uberaba e Lorena foram dados como garantia para obtenção de determinados empréstimos.

O principal valor em obras em andamento refere-se a projetos da GPC Química.

2.3.(j) Direito de uso e passivo de arrendamento

Montantes reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial demonstra os seguintes montantes relacionados à arrendamentos:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Direito de uso de ativos		
Terreno	10.840	12.752
Salas comerciais	441	566
	11.281	13.318
Passivo de arrendamento		
Circulante	2.542	2.653
Não circulante	9.172	11.033
	11.714	13.686

Montantes reconhecidos na demonstração de resultados e fluxos de caixa

	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Amortização do direito de uso		
Terreno	1.913	1.910
Salas comerciais	124	124
	2.037	2.034
Despesa de juros	485	326
Total de desembolsos de caixa em contratos de arrendamento	(2.457)	(3.186)

2.4. Patrimônio líquido

2.4.(a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de janeiro de 2022 foi aprovado o aumento de capital de parte do saldo da reserva estatutária no valor de R\$ 38.000, sem a emissão de novas ações, passando o capital subscrito e integralizado de R\$ 140.000 para R\$ 178.000, representado por 94.013.535 ações, sendo 88.241.730 ações ordinárias e 5.771.805 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

2.4.(b) Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2017, foi aprovado a proposta de aumento do capital social da Companhia com a emissão de 384.787 ações preferenciais, dos quais R\$41.684 foram destinados à reserva de capital.

2.4.(c) Ações em tesouraria

São compostas de 365.381 ações não utilizadas na quitação de dívidas da controlada GPC Química no âmbito da Recuperação Judicial.

2.4.(d) Reserva legal

Deve ser constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social, limite previsto na legislação societária, e poderá ser usada para absorver prejuízos acumulados.

2.4.(e) Reservas de lucros a realizar

Decorre da aplicação do artigo 197 da Lei 6.404/76.

2.4.(f) Reserva reflexa – Incentivos fiscais

Constituída por Incentivos Fiscais de Controladas provenientes do ICMS convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17 e Convênio ICMS 190/17 caracterizados com subvenção de investimentos. O valor correspondente a Subvenção de Investimento em atendimento à Lei 11.638/17 e CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado para que não seja distribuído sem serem oferecidos à tributação conforme regulamento.

2.4.(g) Reserva Estatutária

Constituída com a finalidade de aporte de recursos nas Controladas, facultada a capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.

Em AGE de 11 de janeiro de 2022 foi aprovado o aumento de capital com parte do saldo da reserva, no valor de R\$ 38.000 sem emissão de novas ações.

2.4.(h) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial o valor correspondente à adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

2.4.(i) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os valores de dividendo mínimo estabelecidos no estatuto social são reconhecidos como passivo, líquidos dos pagamentos já realizados, em contrapartida do Patrimônio líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. A controlada GPC Química antecipou o pagamento de JSCP e Dividendos, referentes ao exercício de 2022, no montante de R\$28.671 dos quais R\$2.631 referem-se aos não controladores.

2.5 Lucro por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em razão de a Companhia não possuir ações potenciais diluidoras. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

	30/09/2022	30/09/2021
Numerador básico e diluído - lucro atribuível aos acionistas da GPC atribuído igualmente entre as classes de ações		
Lucro líquido do período		
Ordinárias	110.079	164.163
Preferenciais	6.551	10.793
	116.630	174.956
Denominador básico e diluído - média ponderada da quantidade de ações		
Quantidade de ações		
Ordinárias	88.241.730	87.793.431
Preferenciais	5.251.104	5.771.805
	93.492.834	93.565.236
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)		
Lucro básico e diluído por ação		
Ordinárias	1,25	1,87
Preferenciais	1,25	1,87

2.6 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com informações internas utilizadas para tomada de decisões, divididos em tubos (aço) e químico. As entidades envolvidas em cada segmento operacional estão descritas na Nota 1. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A diretoria avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em indicadores financeiros, tais como Lucro Bruto.

Dada a relevância dos segmentos, ambos se qualificam como reportáveis.

As informações dos segmentos da Companhia e, adicionalmente da Holding e suas eliminações para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 estão incluídas na tabela a seguir.

	30/09/2022					30/09/2021				
	Segmento Químico	Segmento Aço	Holding	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação	Total Consolidado
<u>No Acumulado</u>										
Receita Líquida	1.018.065	602.301	-	-	1.620.366	745.482	470.939	-	-	1.216.421
Lucro Bruto	164.013	124.873	-	-	288.886	155.146	117.519	-	-	272.665
Depreciação e Amortização	(11.486)	(7.815)	(13)	-	(19.314)	(11.213)	(7.584)	(21)	-	(18.818)
Lucro antes do resultado Financeiro	152.580	87.501	121.908	(141.851)	220.138	162.703	120.155	178.913	(209.294)	252.477
Despesa Financeira	(47.562)	(47.645)	(5.801)	2.908	(98.100)	(25.806)	(19.318)	(4.211)	1.009	(48.326)
Receita Financeira	16.703	36.705	359	(2.908)	50.859	34.186	18.508	145	(1.009)	51.830
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	121.721	76.561	116.466	(141.851)	172.897	171.083	119.345	174.847	(209.294)	255.981
IR e CS	(17.855)	(16.774)	164	-	(34.465)	(23.926)	(24.196)	110	-	(48.012)
Lucro líquido do exercício	103.866	59.787	116.630	(141.851)	138.432	147.157	95.149	174.957	(209.294)	207.969
Ativo Circulante	395.622	449.289	16.336	(22.167)	839.080	251.594	391.244	1.800	(0)	644.638
Ativo não Circulante	349.572	195.285	613.042	(701.550)	456.349	470.514	166.145	526.280	(617.483)	545.456
Passivo Circulante	118.576	143.108	41.369	(22.167)	280.886	126.832	200.695	15.904	(0)	343.431
Passivo não Circulante + PL	626.618	501.466	588.009	(701.550)	1.014.544	595.276	356.694	512.176	(617.483)	846.663

	31TR 2022					31TR 2021				
	Segmento Químico	Segmento Aço	Holding	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Holding	Eliminação	Total Consolidado
<u>No Trimestre</u>										
Receita Líquida	286.879	163.241	-	-	450.120	282.472	171.089	-	-	453.562
Lucro Bruto	40.228	30.893	-	-	71.122	59.411	45.663	-	-	105.074
Depreciação e Amortização	(3.930)	(2.473)	(1)	-	(6.404)	(3.878)	(2.323)	(7)	-	(6.208)
Lucro antes do resultado Financeiro	32.941	23.553	29.519	(37.045)	48.968	61.842	41.469	69.529	(80.613)	92.227
Despesa Financeira	(11.553)	(9.515)	(1.122)	871	(21.320)	(10.763)	(9.764)	(1.613)	354	(21.786)
Receita Financeira	3.073	6.695	92	(871)	8.990	9.200	4.450	113	(354)	13.409
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	24.461	20.733	28.489	(37.045)	36.637	60.280	36.154	68.029	(80.613)	83.850
IR e CS	(1.184)	(738)	54	-	(1.868)	86	(3.706)	55	-	(3.564)
Lucro líquido do exercício	23.276	19.995	28.544	(37.045)	34.770	60.366	32.449	68.084	(80.613)	80.286
Ativo Circulante	(5.024)	(10.000)	14.672	(22.167)	(22.520)	10.310	60.485	258	-	71.053
Ativo não Circulante	(21.676)	1.284	4.484	7.520	(8.388)	33.556	8.814	71.457	(93.688)	20.139
Passivo Circulante	(2.516)	(19.679)	11.698	(22.167)	(32.664)	(11.519)	33.613	(9.281)	-	12.813
Passivo não Circulante + PL	(24.184)	10.963	7.458	7.520	1.756	55.385	35.686	80.996	(93.688)	78.379

Aproximadamente R\$ 528 milhões da receita bruta dos 9 meses de 2022 são decorrentes de clientes que superam, individualmente, 10% das receitas do segmento Químico.

No segmento Aço cerca de R\$317 milhões da receita no acumulado são decorrentes de clientes que superam, individualmente, 10% das receitas.

3.1 Gestão de riscos de mercado e análises de sensibilidade

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada por reuniões semanais onde pontos relevantes são discutidos.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco cambial
- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.1.(a) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em dólar, no montante de R\$ 15.618 (R\$ 30.833 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em R\$ de instrumentos atrelados a moeda estrangeira		
Ativos		
Contas a receber em USD	20.617	39.127
Importações em andamento em USD	7.047	13.004
Passivos		
Empréstimos em USD		
Indexados ao USD	(24.390)	(50.340)
Contas a pagar em USD	(18.892)	(32.624)
Exposição líquida	(15.618)	(30.833)

Análise de sensibilidade

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda.

Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$ 5,947 por US\$1,00 aumento de 10% sobre a cotação real de 30 de setembro de 2022.

Para o cenário II, foi considerada a cotação de R\$ 4,866 por US\$1,00 redução de 10% sobre a cotação real de 30 de setembro de 2022.

	Período findo em 30 de setembro de 2022		
	Real	Cenário I - aumento de 10%	Cenário II - redução de 10%
Exposição cambial líquida (indexada ao USD)	(15.618)	(15.618)	(15.618)
Taxa do US\$ em 30 de setembro de 2022	5,407	5,407	5,407
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress		5,947	4,866
Diferença entre as taxas		0,541	(0,541)
Ganho (perda)		(1.562)	1.562

3.1.(b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A administração estimou um cenário provável de variação de 10% da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	Exercício findo em 30 de setembro de 2022		
	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição de passivos a taxa de juros			
Passivos, líquidos, atrelados à TJLP	33.732	33.732	33.732
Passivos, líquidos, atrelados ao CDI	248.026	248.026	248.026
Taxa em 30 de setembro de 2022			
TJLP	4,98%	4,98%	4,98%
CDI	8,52%	8,52%	8,52%
Taxa estimada conforme cenários de stress			
TJLP	5,48%	6,23%	7,47%
CDI	9,37%	10,65%	12,78%
Diferença entre as taxas			
TJLP	0,50%	1,25%	2,49%
CDI	0,85%	2,13%	4,26%
Aumento do passivo	2.281	5.703	11.406

3.1.(c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes, de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros.

A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados operacionais.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota 2.2(b)).

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os saldos referem-se a valores acumulados em diversos exercícios e a provisão foi determinada conforme indicado a seguir:

	A vencer	Vencidos até 180 dias	Vencidos acima de 180 dias	Total
Em 30 de setembro de 2022				
Taxa de perda esperada	1,4	0,3	65,0	2,5
Valor bruto - Contas a receber	222.107	23.705	4.783	250.595
Provisão para perdas esperadas	(3.135)	(74)	(3.108)	(6.317)
Em 31 de dezembro de 2021				
Taxa de perda esperada	1,3	0,3	65,5	2,3
Valor bruto - Contas a receber	228.383	25.881	4.394	258.658
Provisão para perdas esperadas	(3.051)	(87)	(2.878)	(6.016)

A movimentação da perda esperada para as contas a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	6.016	4.678
Adições, líquidas, na estimativa de perdas esperadas	480	1.626
Valores recuperados	(179)	(288)
Saldo final	6.317	6.016

3.1.(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com suas obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, empréstimos, financiamentos, salários, provisões e encargos sociais a recolher e outros passivos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

						Controladora
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 30 de setembro de 2022						
Empréstimos - terceiros	667	666	2.108	3.162	28.514	35.117
Em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos - terceiros	667	666	2.108	3.163	27.573	34.177
						Consolidado
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 30 de setembro de 2022						
Fornecedores - terceiros	60.255	361	1.443	2.165	14.672	78.896
Empréstimos - terceiros	21.095	86.660	80.376	15.659	125.038	328.828
Passivo de arrendamento	1.271	1.271	6.311	2.861		11.714
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	20.862	19.875	33.918	37.472	6.381	118.508
	103.483	108.167	122.048	58.157	146.091	537.946
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores - terceiros	100.102	412	1.153	1.713	14.913	118.293
Empréstimos - terceiros	102.556	84.251	113.085	31.693	28.079	359.664
Passivo de arrendamento	1.516	1.137	6.067	4.966		13.686
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	21.695	20.466	49.960	30.679	12.816	135.616
	225.869	106.266	170.265	69.051	55.808	627.259

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos	19.382	17.959	306.148	335.509
Impostos Parcelados	1.172	1.177	118.508	135.616
Caixa e Equivalentes de Caixa	(13.228)	(2.854)	(163.807)	(97.947)
Dívida Líquida	7.326	16.282	260.849	373.178
Patrimônio Líquido	555.602	437.742	666.734	529.733
Índice de Alavancagem Financeira	1,32%	3,72%	39,12%	70,45%

3.3 Estimativas críticas e julgamentos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1(c).

Imposto de renda e contribuição social

Em muitas situações, a determinação final do imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é incerta. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Além disso, a Companhia reconhece os tributos diferidos ativos na extensão em que poderão ser utilizados, com base em estudos de lucros tributáveis futuros.

Valor justo da Propriedade para investimento

O cálculo do valor justo das Propriedades para investimento leva em consideração o preço estimado de venda com base em laudo de avaliação.

Reconhecimento de ganhos em ações judiciais e de provisões para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. Em determinadas situações, há julgamento significativo na determinação de existência de um ganho praticamente certo, como foi o caso na ação judicial de ICMS na base de PIS e COFINS (Nota 2.1(d)).

3.4 Estimativa de valor justo

3.4.(a) Informações gerais

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento (Nível 2), conforme mencionado na nota 2.3(h).

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela diretoria. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

A Diretoria decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, a Diretoria analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia.

Em caráter interino, a Diretoria e os avaliadores externos da Companhia apresentam os resultados da avaliação aos auditores independentes da Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.4.(b) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota 2.2 (e).

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

4 Contingências – perdas possíveis

Conforme determinam as normas contábeis, as perdas com classificação de risco de perda possível ou remota não são reconhecidas no balanço. A seguir, as informações dos valores em risco de perda possível, conforme assessores legais da Companhia:

	Perdas possíveis não provisionadas			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Tributárias			26.083	26.083
Trabalhistas			10.635	10.635
Cíveis	1.584	1.584	10.496	9.896
	1.584	1.584	47.214	46.614

4.1.(a) Trabalhista e Previdenciários

As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferenças de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevante.

4.1.(b) Tributária

As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a auto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

5 Transações com partes relacionadas

5.1.(a) Saldos e transações com partes relacionadas

Controladora

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações. As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Controladora					
Demonstração do resultado					
	Dividendos a receber		Empréstimos a pagar		Receita (despesas) com
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	juros, líquido
Metanor S.A.		2.433			
Copenor S.A.		1			
Apolo Tubos e Equipamentos S.A.		8.120			
GPC Química S.A.		16.821	(22.167)	(32.685)	(2.908) (1.006)
		27.375	(22.167)	(32.685)	(2.908) (1.006)
Circulante		27.375	(22.167)		
Não circulante				(32.685)	
		27.375	(22.167)	(32.685)	

. Empréstimos a pagar

GPC Química: Saldo do mútuo atualizado pela variação do CDI acrescido de juros de 3% ao ano.

Consolidado

Consolidado					
Demonstração do resultado					
	Dividendos a receber		Empréstimos a pagar		Receita (despesas) com
	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	juros, líquido
GPC Indústria e Comércio Ltda.					6
Metanor S.A.	3.871				
Copenor Cia Petroquímica	22	(3.793)	(3.514)	(448)	(465)
	3.893	(3.793)	(3.514)	(448)	(459)
Circulante		(261)	(261)		
Não circulante	3.893	(3.532)	(3.253)		
	3.893	(3.793)	(3.514)		

Empréstimos a pagar

Copenor: Valor originalmente relativo à compra de metanol, em anos anteriores, cujo saldo integrou o plano de Recuperação Judicial, e será pago conforme aditivo ao referido plano.

5.1.(b) Outras garantias além daquelas já divulgadas

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui avais prestados em favor da GPC Química cujos valores somam R\$ 88.243 (109.698 em 31 de dezembro de 2021) e em favor da Apolo Tubos no valor de R\$ 43.671 (65.489 em 31 de dezembro de 2021).

5.1.(c) Honorários da Administração

No Acumulado

No Acumulado	Controladora							
	30/09/2022				30/09/2021			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Honorários e benefícios de curto prazo	139	682	75	896	171	570	75	816
Bonus ILP	1.418			1.418	674			674
	1.557	682	75	2.314	845	570	75	1.490

Consolidado

	30/09/2022				30/09/2021			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Honorários e benefícios de curto prazo	5.006	6.454	90	11.550	7.278	4.704	105	12.087
Bonus ILP	1.418			1.418	674			674
	6.424	6.454	90	12.968	7.952	4.704	105	12.761

No Trimestre

No Trimestre	Controladora							
	3/12/2022				3/12/2021			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Honorários e benefícios de curto prazo	46	228	25	299	45	198	25	268
Bonus ILP	472			472	225			225
	518	228	25	771	270	198	25	493

Consolidado

31/12/2022				31/12/2021				
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Honorários e benefícios de curto prazo	2.565	3.080	25	5.670	1.028	1.523	35	2.586
Bonus ILP	207			207	225			225
	2.772	3.080	25	5.877	1.253	1.523	35	2.811

As informações relativas ao Plano ILP, destinado a executivos, estão apresentadas na Nota 2.2 (g).

5.2. Políticas contábeis adicionais

5.2.(a) Apresentação das demonstrações contábeis e autorização de emissão

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e

evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), controladora e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 8 de novembro de 2022.

5.2.(b) Base de mensuração e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico - reavaliado no caso de determinados ativos, incluindo Ativo Imobilizado (“*deemed cost*” reconhecido, na adoção das IFRS e CPCs) e Ativos destinados a venda (a cada período de reporte).

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perdas esperadas com o contas a receber de clientes -Nota 2.2 (b)
- Valor justo de ativos - Nota 2.3 (i/h)
- Provisão para contingências - Nota 2.3 (e);

5.2.(c) Consolidação

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;

- Destaque aos acionistas não-controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as investidas diretas e indiretas mencionadas na nota 2.3 (g).

5.2.(d) Investimento em coligadas e joint venture

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada CPC 18 (R2).26-29 ou joint venture é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou da joint venture a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou joint venture é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou joint venture são eliminados em proporção à participação na coligada ou joint venture.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou joint venture apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou joint venture.

As demonstrações contábeis da coligada ou joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada ou joint venture.

A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou joint venture e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de coligada e joint venture", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a joint venture, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou joint venture, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

5.2.(e) Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

5.2.(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5.2.(g) Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia ;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

5.2.(h) Instrumentos financeiros

Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa” são revertidos contra a perda constituída.

5.2.(i) Outras contas a receber

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

5.2.(j) Ativo Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida Útil
Imóveis	10 a 20 anos
Máquinas / Instalações industriais	10 a 12 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

5.2.(k) Redução ao valor recuperável de ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

5.2.(l) Contas a pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

5.2.(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

5.2.(n) Provisões para contingências

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os

fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 2.3.

5.2.(o) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

5.2.(p) Lucro líquido por ação

Lucro líquido por ação é calculado com base no CPC 41/IAS 33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O Lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

5.2.(q) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

5.2.(r) Subvenções governamentais

Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidos na Demonstração do Resultado.

5.2.(s) Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

5.3 Seguros

As controladas da Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame ou revisão de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

Apólices	Cobertura	Posição 30/09/2022		Posição 31/12/2021	
		Prêmio	Cobertura	Prêmio	Cobertura
Lucros cessantes	Danos a estoque e imob. (parada de prod.)	297	223.849	297	223.849
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e almoxarifados	Danos a estoque e imob.	582	254.105	582	254.105
Veículos	Furtos, colisões e resp civil condutor	77	2.230	61	1.615
Responsabilidade civil (produtos e estab. Ind.)	Op. e comércio de prod. de estab. Ind.	160	10.000	154	10.000
Responsabilidade civil - ADM	Atos relacionados a gestão	463	20.000	463	20.000
		1.579	510.184	1.557	509.569
